



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 2 de abril de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,87% São Paulo	127.027 26/3 27/3 28/3 1/4	25/março 4,970 26/março 4,982 27/março 4,979 28/março 5,015		R\$ 5,435	10,65%	10,66%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

ENERGIA

Ministério ameaça tirar concessão em São Paulo

Governo cobra explicações da Enel, que tem R\$ 300 milhões em multas por apagões na capital paulista

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou ontem a abertura de um processo disciplinar na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel São Paulo, após repetidas interrupções do serviço na capital paulista. Sob o risco de perder a concessão, a empresa tem menos de um mês para responder ao ministério sobre as falhas.

Segundo o ministro, a Enel não pagou nenhuma das multas que recebeu devido aos problemas na distribuição de energia, que já chegam a quase R\$ 300 milhões. O objetivo da ação é “averiguar as falhas e transgressões da concessionária em relação às suas obrigações contratuais e prestação de serviço”. “O processo será feito com maior rigor, garantindo a ampla defesa, podendo acarretar, inclusive, a caducidade. Trabalhamos com afinco para garantir à população a qualidade dos serviços de energia”, escreveu Silveira nas redes sociais.

A Justiça de São Paulo condenou a concessionária, no último dia 22, a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante um apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em novembro de 2023. Em três casos, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R\$ 5 mil pela demora em restabelecer o serviço.

A empresa também chegou a ser multada pela Aneel em R\$ 165,8 milhões pelo mesmo apagão, quando cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem luz, com o fornecimento de energia levando uma semana para ser normalizado.

Silveira alegou ainda que a

concessionária está “despreparada” para prestar os serviços aos brasileiros. A partir da potencial extinção do contrato de concessão, o próprio ministério poderia trabalhar em uma nova licitação ou reestatização do serviço de distribuição de energia no estado.

Em nota, a Enel reiterou o seu compromisso com a população e disse que seguirá investindo para entregar energia de qualidade. “Em relação à concessão de São Paulo, a distribuidora esclarece que cumpre integralmente com todas as obrigações contratuais e regulamentárias e está implementando um plano estruturado que inclui investimentos no fortalecimento e na modernização da estrutura da rede, na digitalização do sistema e na ampliação dos canais de comunicação com os clientes, além da mobilização antecipada de equipes em campo em caso de contingências”, informou.

Custo da energia

O cronograma de geração de energia a óleo e solar com os leilões de linhas de transmissão foi tema de reunião ontem no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia.

Após o encontro, o chefe da Fazenda afirmou que o custo da energia representa uma das principais preocupações atuais do governo, que quer reduzir em 3,5% a conta de luz neste ano. “Para que os cronogramas de geração e transmissão sejam compatíveis estamos envolvidos e preocupados com o custo de energia. A gente quer gerar energia barata para poder tentar equacionar esse problema que foi sendo acumulado ao longo dos anos”, disse Haddad ao voltar do encontro.

Beth Santos/Secretaria-Geral da PR



Linha de transmissão: nos últimos 12 meses, consumo de energia no Brasil registrou aumento de 5,4%

Consumo elétrico sobe 8%

O uso da energia elétrica no Brasil registrou um salto neste início de ano. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo no Sistema Interligado Nacional (SIN) aumentou 8% em fevereiro em relação ao mesmo mês de 2023, chegando a 46.314 gigawatts-hora (GWh). No acumulado dos últimos 12 meses, a alta foi de 5,4%, em comparação ao ano anterior.

Segundo a EPE, o aumento do consumo foi ocasionado pela forte onda de calor no país, que começou no ano passado, com o fenômeno do El Niño. Isso impactou o uso da energia elétrica nas residências, que subiu 11,1% em fevereiro, quinto maior

avanco em um mês da série histórica, iniciada em 2004.

O crescimento do consumo também foi observado na indústria, que alcançou 15.546 GWh, um avanço de 6,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Todos os 10 setores de eletrointensivos registraram crescimento do consumo no mês.

Para o especialista no setor de energia Rafael Shayani, além das temperaturas acima da média, o aumento das vendas de ar-condicionado e ventiladores desde o início da onda de calor também contribuiu para que o consumo fosse maior em fevereiro.

“O aumento no número de

consumidores, a melhora do desempenho de distribuidoras de energia elétrica com a redução da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) e o avanço no emprego e renda também contribuíram para a elevação do consumo”, avalia.

Mesmo com a onda de calor, que provocou o aumento do consumo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira tarifária na conta de luz verde em abril, devido às condições favoráveis dos reservatórios, que estão em níveis satisfatórios. (RP)

COMBUSTÍVEL

Alta na gasolina assusta motoristas

» HENRIQUE LESSA

A disparada no valor dos combustíveis nas bombas de Brasília assustou os motoristas que chegaram para abastecer no primeiro dia de abril. A gasolina comum beirou os R\$ 6, um aumento médio de R\$ 0,25 no valor. O etanol também aumentou em média R\$ 0,30 sobre o preço praticado até março.

O empresário Victor Procopio, de 23 anos, foi um dos motoristas que se surpreendeu ao dar de cara com o reajuste. “A gasolina está mais cara, atualmente eu só estou abastecendo o com álcool por estar menos pior, mas isso não significa que está bom”, contou Victor, que disse ter percebido um aumento maior na gasolina.

O Sindicato dos Postos de Combustível do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF) alegou que o aumento é um reflexo das altas praticadas pelas distribuidoras. “Nós, revendedores, não compramos combustível da Petrobras, compramos das distribuidoras. E as distribuidoras, na última semana (entre os dias 25 e 31 de março), realizaram dois reajustes”, explicou o presidente do sindicato, Paulo Tavares.

Em resposta ao aumento, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) registrou representações junto à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Polícia Civil (PCDF). O petista se referiu ao reajuste como “roubo” e disse que não há justificativas para os novos valores.

Apesar da alta nos preços na capital federal, os preços da Petrobras estão 17% abaixo do valor médio da paridade internacional, segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Ontem, o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a criticar os “lucros exorbitantes” da empresa.

O chefe da pasta reforçou que o governo não interfere na empresa, mas falou em fiscalização das decisões administrativas e que não vai aceitar que a companhia mire apenas o lucro.



RAUL VELLOSO

O NOSSO MAIOR PROBLEMA NÃO É O SEGMENTO DE ATUAÇÃO A OU B, MAS SIM O FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA PÚBLICA E O EXCESSO DE GASTOS PREVIDENCIÁRIOS, QUE VÊM EXPLODINDO HÁ ANOS. OS GIGANTESCOS PASSIVOS ATUARIAIS JÁ TOTALIZAM R\$ 5,3 TRILHÕES, PRÓXIMO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Trocar juros por educação?

Pressionado para aliviar as finanças dos entes subnacionais, o governo federal propôs aos governadores uma redução nas taxas dos juros devidas sobre as dívidas estaduais para com a União, em troca de usarem o dinheiro economizado no segmento de ensino médio técnico.

Na verdade, como ocorre também em saúde e comparativamente aos demais segmentos do orçamento, os gastos em educação já estão superprotegidos pelas famosas “receitas carimbadas”, que é a exigência de gastos mínimos nesse segmento iguais a um certo percentual da arrecada-

ção dos principais tributos.

Nesse sentido, uma parcela certamente relevante dessas vinculações já deve estar se transformando, na prática, em gastos com ensino médio técnico. Por que tais entes aceitariam um aumento obrigatório desse mesmo tipo de gasto quando pode haver outras necessidades mais prementes?

Qual é mesmo o “x” da questão na gestão financeira dos entes subnacionais em nosso país? O nosso maior problema não é o segmento de atuação A ou B, mas sim algo atrelado ao funcionamento da máquina pública e o excesso de gastos

previdenciários, que vêm explodindo há anos, pois a legislação brasileira assegurou aos servidores ditos “estáveis” o direito à aposentadoria basicamente integral sob certas condições.

Temo que, no caso do Brasil, estejamos na pior situação possível: déficits atuariais bastante elevados, sem falar na dívida pública convencionalmente medida. Se considerarmos uma fase mais recente, para a qual há maior disponibilidade de dados, as taxas médias de crescimento real dos gastos previdenciários tiveram alta de 12,5% para os municípios e de 5,9% para os estados.

Já quanto aos gigantescos

passivos atuariais por grupos de entes, temos os seguintes, para o ano de 2021: R\$ 0,9 trilhão no conjunto dos municípios, R\$ 3,1 trilhões no dos estados; e R\$ 1,3 trilhão na União, totalizando R\$ 5,3 trilhões. Esse valor pouco conhecido está muito próximo do da dívida pública consolidada líquida (DPCL), a mais óbvia dívida pública convencional, que, aliás, se buscássemos seu valor também em 2021, último dado à mão, encontramos nada menos que R\$ 5,7 trilhões.

Cabe concluir dizendo primeiro que, se jogarmos a ênfase da análise sobre o conceito de passivo atuarial, como aqui estou sugerindo, estaremos fugindo do procedimento mais

comumente adotado nos mercados financeiros (e hoje até por um governo como o do PT, mais e mais orientado naquele mesmo sentido no caso do atual, com a ajuda do chamado Arca-bouço Fiscal). Ao meu ver, tem um foco menos relevante incidir sobre a dívida pública convencional, sem considerar explicitamente a maior dificuldade do componente previdenciário, que está explodindo à frente, algo que, para o Brasil de hoje, dificultaria muito mais o trabalho de ajuste.

Em segundo lugar, devo registrar que, de 1980 a 2022, a primeira dessas taxas caiu para 0,6%, ou seja, caiu 6,5 vezes, graças à disparada dos déficits previdenciários, e a segunda, para

apenas 1% a.a., implicando uma queda de 8,9 vezes.

Finalmente, não dá para não enfatizar a maior dificuldade de se fazer o ajuste previdenciário do que o dos demais itens, pelo temor de boa parte dos dirigentes do enorme desgaste político que parece envolvido nisso.

Dessa forma, o país caminha, se nada mudar, para crescer a mesma média histórica em 12 anos desde 1980: quase 1% ao ano. Ou seja, caminhamos para crescimento quase zero do emprego. Assim, como isso é obviamente prioritário em qualquer governo, só resta equacionar a previdência de verdade sob a rigorosa vigilância de órgãos como os tribunais de contas.